

Prefácio

Maria Teresa Citeli

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CETELI, MT. Prefácio. In: MONTEIRO, S., and VARGAS, E. orgs. *Educação, comunicação e tecnologia educacional: interfaces com o campo da saúde* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 9-17. ISBN: 978-85-7541-533-7. Available from: doi: [10.7476/9788575415337](https://doi.org/10.7476/9788575415337). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/9n7jy/epub/monteiro-9788575415337.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PREFÁCIO

É possível compatibilizar o dito e o compreendido? Os usuários dos serviços de saúde assimilam o conteúdo dos materiais educativos que recebem? Qual a eficácia das tecnologias educacionais como instrumentos de comunicação? De que modo compatibilizar os inúmeros interesses que se confrontam e os significados construídos na relação entre os emissores e os receptores dessas mensagens? Os órgãos públicos e privados que financiam a produção de material educativo têm acompanhado o resultado da veiculação e utilização desses recursos? Quais são os pressupostos subjacentes à produção e utilização das tecnologias educacionais voltadas para os usuários dos serviços de saúde? Essas tecnologias têm sido objeto de avaliação? Saberes de quais áreas disciplinares estão, ou deveriam estar, na base da produção e da avaliação desse material?

A falta e, mais freqüentemente, a percepção de que quase todas as respostas a essas questões seriam negativas, evasivas ou sem base em levantamentos prévios, parecem ter inspirado as pesquisas apresentadas nesta coletânea, com a pretensão de alcançar objetivos bastante arrojados: estimular a produção de conhecimento na área da educação em saúde e de avaliação de tecnologias educacionais aplicadas à saúde; produzir reflexões e estimular investigações sobre as práticas de educadores e profissionais de diversas áreas; contribuir para o conhecimento de variáveis que interferem na apropriação, pela população, dos discursos institucionais; contribuir para o avanço de investigações acerca das relações entre a distribuição, o acesso e o consumo dessa produção.

A *expertise* e a experiência prévia das organizadoras e das colaboradoras – no desenvolvimento de estratégias metodológicas voltadas à produção e ava-

liação do uso de tecnologias educacionais – certamente contribuíram para o alcance de tão ambiciosos objetivos. O vínculo – trabalho, docência e/ou formação – com sólidas instituições de pesquisa e intervenção em saúde, algumas delas pioneiras na produção de tecnologias educacionais é outro fator estrutural que pode ter favorecido os resultados animadores deste livro. Além disso, as perspectivas oferecidas por diferentes tradições disciplinares, como educação, tecnologia educacional, comunicação, antropologia e saúde pública, contribuem para a grande diversidade do material pesquisado, que abrange desde estudos e revisões de vídeos e emissões de rádio até acervos de materiais educacionais e entrevistas com camponeses e profissionais.

O universo empírico abrangente, apreendido por uma diversidade de instrumentos de coleta de dados, analisados pelo crivo de pesquisadores experientes, gerou uma avalanche de resultados, mostrando que a ‘arte’ da comunicação em saúde enfrenta desafios de grande monta, que comprometem sua eficácia.

O primeiro resultado mencionado em todas as pesquisas é apresentado de um modo geral como modelo herdado das ciências biomédicas, sempre referido como ‘hegemônico’. Os artigos contidos neste livro esquadriham esse arcabouço, criticando as visões, ênfases, representações sobre os usuários e os resultados esperados das propostas educativas realizadas sob esse enfoque. Segundo nossos autores, esse modelo parte de visões unilaterais conformadas pelas experiências dos produtores do material educativo, provenientes de camadas médias urbanas, que freqüentemente se chocam com as expectativas dos usuários dos serviços, muitas vezes infantilizados nos materiais oferecidos, vistos como meros depósitos de conhecimentos – recipientes nos quais os órgãos oficiais depositam suas informações e receitas do que devem fazer –, ou percebidos como espectadores, ao invés de cidadãos críticos.

A ênfase da comunicação, nesse prisma, incide sobre fatores de risco, sobre a cura, ou aspectos individuais e biológicos, desvinculando-os da prevenção, do coletivo e do universo social, político, econômico e cultural, promovendo a ‘naturalização’ de estados, situações e comportamentos. A transferência de informação ocupa o vértice da ação educativa, enquanto os resultados esperados nessa matriz se voltam para a aprendizagem de atitudes, hábitos e comportamentos ‘corretos’ muito estreitos e específicos, como

deixar de fumar, aceitar vacinação, desenvolver práticas higiênicas, fazer exames periódicos etc.

A ativação de mecanismos de dominação em práticas educativas é apontada em duas pesquisas: no material analisado, “o apelo ao grotesco, terror, vitimização e ‘monstruosidade’ dos doentes foram aspectos freqüentes (...). O doente é representado ora como vítima, ora como causador da doença e até mesmo como culpado por tê-la contraído [... potencializando] percepções diversas, podendo reforçar estereótipos e formas de dominação, em vez de contribuir com a educação em saúde”. Por outro lado, verificou-se também a tendência de “recolher o conhecimento popular, aparentemente desorganizado e acientífico, para conferir-lhe um princípio de ordem e então ‘devolvê-lo’ à população”. Essa prática “ativa um princípio de dominação que é a imposição de uma ordem através dos princípios de análise e classificação”.

Constatações de ordem geral, bastante relevantes, incidem também sobre o desgaste sofrido pelos modelos hegemônicos de representação das doenças e do corpo no campo da educação em saúde, perante a indefinição de um arcabouço teórico que possa nortear as ações preventivas com base em novos modelos, o que é agravado pela escassez de trabalhos acadêmicos voltados para a avaliação de recursos educativos.

Deixando os demais limites discutidos ao longo do livro para a curiosidade do leitor, empenho-me em listar as possibilidades de mudança nas ações de comunicação em saúde sugeridas pelas pesquisas. A mais recorrente, como era de se esperar, é a expectativa de que as contundentes críticas à influência danosa do modelo biomédico hegemônico sobre as tecnologias educacionais venham a fundamentar alternativas que, em sintonia com as demandas dos usuários, possam contribuir para a autonomia na tomada de decisão do público e a transformação da realidade. Uma sugestão prática merece ser citada na íntegra: “Há uma necessidade de materiais que situem a população em relação às políticas públicas, os programas, as rotinas, os procedimentos, muito mais do que sobre comportamentos a serem aprendidos”.

Dentre os inúmeros caminhos sugeridos para a produção de tecnologia educativa, as autoras defendem perspectivas transdisciplinares, estreitando a vinculação de saberes produzidos em disciplinas como a antropologia, a comunicação e as artes visuais, que podem, respectivamente, contribuir para re-

fletir a cultura dos educandos e considerar a constituição de sujeitos na modernidade, além de promover a ‘desnaturalização’, indicando a construção social de fenômenos e comportamentos tidos como biológicos; facilitar a produção de sentidos compartilhados e estimular o debate entre atores sociais, com destaque para o entendimento da comunicação como instância de disputas e negociação de interesses; e produzir imagens bem cuidadas do ponto de vista estético e bem integradas como narrativa, ao invés de meramente justapostas.

Como era de se esperar, devido às áreas disciplinares a que se vinculam as pesquisadoras, uma forte ênfase é colocada na extrema importância de os produtores de tecnologias educacionais perceberem, considerarem e participarem dos diferentes ‘contextos de circulação e apropriação’ – expressão muito adequada, utilizada num dos artigos –, uma vez que estes são determinantes para os sentidos que as pessoas atribuem aos textos oferecidos.

Que possibilidades de interação com o trabalho pioneiro contido nesta publicação nos são oferecidas? Conforme sabemos – e confirmamos com entusiasmo ao longo deste livro –, nossas percepções, análises de fatos e situações dependem de muitos fatores além da informação recebida: nossas experiências pessoais e profissionais, valores, curso da vida, sexo, aprendizado e conhecimento prévio, preferências, crenças, imaginário, identidade. É justamente dessa perspectiva que mantenho meu diálogo: como pesquisadora envolvida em questões de saúde reprodutiva, militante de movimentos sociais, atuante por muitos anos em serviços públicos de saúde, formada em ciências sociais, tendo investigado a mídia impressa visando interpretar processos de inter-relação ciência/tecnologia e sociedade (CTS) e possuindo como base teórica os “estudos sociais das ciências e da tecnologia” (ESC&T).

Essa proposta construtivista, surgida a partir da década de 1970, tem como principal traço distintivo a afirmação radical da importância dos vínculos estratégicos e associações que cientistas e geradores de tecnologia estabelecem, alistando com muita versatilidade outros atores tidos como de dentro e de fora do mundo das ciências – profissionais de saúde, pacientes, jornalistas, empresários, gestores de políticas públicas, políticos, público em geral, estudantes –, necessários para que C&T sejam produzidos, funcionem, circulem e produzam os resultados por eles esperados.

Os trabalhos, nessa vertente, afastam-se das explicações de estudiosos clássicos sobre a relação entre ciência e sociedade, como Robert Merton e até mesmo Thomas Kuhn, que concedem grande margem de autonomia e privilégios às atividades científicas, em relação à sociedade e a outras atividades humanas, restringindo suas análises aos vínculos e relações sociais estabelecidos no âmbito da comunidade científica, pelos cientistas entre si, bem como a suas condutas e motivações na produção de consensos (paradigmas) e aspectos normativos (imperativos) que resultam de negociações mantidas exclusivamente entre cientistas.

Quero sublinhar, mesmo que de modo esquemático, a diferença entre essas duas vertentes de estudos na percepção da relação entre ciências e sociedade. De um lado, a visão clássica destaca os mecanismos internos vigentes na comunidade científica, as motivações dos praticantes das ciências e as disputas que travam entre si. De outro, os estudos sociais das ciências e da tecnologia promovem a ampliação do panorama da prática científica, de modo a incorporar novos espaços (muito além dos laboratórios e das universidades e centros de pesquisas), incluindo um conjunto diversificado de atores não-cientistas e de interesses que integram a produção da ciência e da tecnologia.

Essa abordagem profana e micro-sociológica estabelece a ênfase na importância da comunicação para a produção e circulação da C&T, tendo por base princípios que podem nos surpreender à primeira vista, como a afirmação de que os principais detentores do grande poder para definir o destino final (sucesso ou fracasso) dos fatos científicos e tecnologias são os usuários finais desses produtos. É justamente por esse motivo que os cientistas e geradores de tecnologia frequentemente consomem muito mais esforços e recursos para expandir (fazer circular) a ciência e tecnologia do que para produzi-las. Precisam sair das suas comunidades pares (a torre da marfim) para ingressar cada vez mais em novos espaços de comunicação com o público amplo de não especialistas.

Os ESC&T duvidam também das grandes dicotomias, como: ciência e sociedade; saber científico e senso comum; ciência pura (fatos) e aplicada (produtos); e ciência e tecnologia – esta última, a que mais interessa neste diálogo. Uma definição simples e abrangente de tecnologia – um conjunto de instrumentos e/ou procedimentos planejados para a obtenção de uma finalidade desejada, a partir de escolhas entre diversas alternativas, vinculadas a interesses

sociais específicos – permite entender porque C&T não devem ser desmembradas: conhecimento e tecnologia são inertes (não se movem por si), e a tarefa dos construtores de ambos é justamente alistar o interesse de atores, portando um conjunto diversificado de interesses, que contribuam, por meio do uso, da crença e da adesão para que C&T circulem mundo afora.

Esses produtos da ciência e da técnica escapariam ao sistema de complicadas alianças como as que são feitas na política, por exemplo? Seriam eles menos ‘sociais’? Claro que não, responderia Bruno Latour: se fôssemos caracterizá-los nesses termos, teríamos de descrevê-los como mais, muito mais ‘sociais’. O que acontece, entretanto, é que a expressão ‘social’, nesse caso, é empregada para designar o caráter ‘coletivo’, no sentido ‘construído através de associações, de alianças entre atores’, ‘intersubjetivo’, tanto mais social um fato e uma máquina quanto maior o número de associações entre diferentes atores para produzi-los e fazer com que circulem. Não se trata de um problema de lógica (de explicar se as tecnologias são bem feitas, a partir de critérios racionais), e sim de ‘sócio-lógica’, de entender os coletivos envolvidos entre associações mais fortes (elos mais resistentes) e mais fracas.

Essa perspectiva de não descartar os diferentes atores intervenientes no processo também conduz à negação de explicações baseadas em modelos lineares, que separam a produção de ciência de um lado e sua difusão de outro, como se fossem processos diferentes e hierarquizados: um puro, verdadeiro e legítimo, produzido no Olimpo, e outro simplificado, desqualificado, humano e repleto de imprecisões cometidas por jornalistas, sociólogos, historiadores, comunicólogos e leigos que não foram suficientemente iniciados nos rituais do ‘verdadeiro e puro saber’.

É com essa bagagem, leve e despretensiosa, que pretendo estabelecer minha interlocução com o conteúdo desta coletânea. Levando em conta o caráter coletivo da produção tecnológica, mediante processo intersubjetivos de negociação de interesses e significados, configurados ao ultrapassar o laboratório para estreitar os limites entre as disciplinas e para construir novos espaços de negociação com o público amplo de não-especialistas, que detêm nada menos que o poder de decretar a vitória ou o fracasso de nossos produtos.

Uma primeira analogia a estabelecer entre essas abordagens e as adotadas neste livro diz respeito às estratégias e táticas que diversos autores do campo

ESC&T (para citar apenas alguns, Bruno Latour, Dorothy Nelkin, Harry Collins e Nelly Oudshorn) relatam ter observado nas comunicações dos cientistas com outros atores, para que estes ‘se sintam livres’ e, ao mesmo tempo, obedientes: a estratégia de comunicar-se com os aliados de tal forma que eles se percebam nossos interlocutores e, ao mesmo tempo, não tenham como escapar, ou seja, deixando-os fluir livremente, dentro de fronteiras como num vale profundo, isto é, bastante delimitado, para permitir a interlocução sem que possam desviar-se dos nossos objetivos. O limite prático seria atingido quando qualquer discordante das nossas alegações científicas tivesse de confrontar-se não apenas com a opinião de um autor, mas com aquilo que milhares pensaram e escreveram. Se continuasse duvidando, ficaria sozinho, isolado.

Essa perspectiva – da importância da delimitação e da clareza das respostas que os comunicadores esperam de seus interlocutores e vice-versa – revela-se em um exemplo citado neste livro por uma pesquisadora de comunicação: um grupo de pesquisa, ao perguntar a camponeses qual programa de rádio ouviam mais, recebeu como resposta da maioria dos respondentes “a reza do rosário”. Surpresos, os pesquisadores não conseguiam entender tal preferência frente a tantos programas educativos e práticos, de informação ou entretenimento e, ao investigar o porquê, receberam a seguinte explicação: “porque é o único programa em que podemos responder. Na reza do rosário eles dizem uma parte da Ave-Maria, e nós respondemos a outra”. É o único programa em que eles não falam sozinhos. Segundo a autora, sua pesquisa detectou, com bastante segurança, que os entrevistados percebem claramente a capacidade de interlocução dos meios de comunicação. Ela nos faz lembrar que “nos materiais educativos ainda predomina uma tendência à comunicação unilateral”.

Estamos de acordo, primeira dificuldade a vencer: a tendência à comunicação unilateral, que aliás não parece ser característica exclusiva do modelo ‘hegemônico’, como se depreende das questões que a leitura esta obra instiga.

Para finalizar, quero levantar questões de três diferentes ordens. A primeira refere-se aos vínculos institucionais das 11 responsáveis pela pesquisa e organização desta coletânea. Três delas são mestras em tecnologia educacional em ciências da saúde pelo Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Nutes/CCS/UFRJ) e, depois de concluído o mestrado, mantêm-se ligadas ao Núcleo ou se vinculam a dois

laboratórios de pesquisa na mesma área: Laboratório de Educação em Ambiente e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz (Leas/IOC/Fiocruz), Laboratório de Educação em Saúde do Centro de Pesquisas René Rachou (Labes/CPqRR/Fiocruz-MG). Duas fizeram pós-graduação na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz) e agora mantêm vínculo com o Leas da Fiocruz. Outras duas estão vinculadas ao Nutes, enquanto uma comunicadora é pesquisadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa do Departamento de Comunicação e Saúde do Centro de Informação Científica e Tecnológica (NEPCOM/DCS/CICT) da Fiocruz.

Tudo isso parece indicar que existem associações fortes entre três núcleos ou laboratórios de pesquisa sobre o tema (Nutes, Leas, Labes), vinculados à UFRJ e à Fiocruz, em dois estados brasileiros. Parece que o grupo integra uma rede com bases institucionais bem estruturadas, além de manter vínculos com o Programa de Saúde Coletiva do IMS/UERJ. Isso já pode ser considerado, como se diz, meio caminho andado para o avanço na produção e avaliação de tecnologia educacional em saúde.

No entanto, é intrigante a falta de médicos e outros profissionais da área biomédica na estrutura mais visível dessa rede. Será possível buscar aliados nessa área? Tomara que sim, porque esses vínculos, embora pouco referidos, poderiam trazer contribuições importantes, inclusive devido ao poder que desfrutam junto aos usuários.

A outra questão, que merece se juntar à constatação da escassez de estudos avaliativos sobre as tecnologias educacionais em saúde, incide sobre nosso desconhecimento (quase) total em relação a nossos usuários finais, dos quais nos mantemos muito afastados. Apenas uma pesquisa sobre recepção é apresentada. As três demais referências à produção coletiva de conhecimento e ao diálogo concentram-se no interior da torre de marfim. Se os teóricos dos ECS&T estiverem certos – e parece que estão –, se o sucesso ou fracasso do saber e das tecnologias que criamos estiverem de fato nas mãos desses usuários, temos de correr atrás dos vínculos e das associações com eles, o que de certo modo contribuirá, em muito, para facilitar o alcance dos objetivos expressos no início desta coletânea. E mais, como saber de que maneira podemos atrair esses interlocutores privilegiados, capazes de jogar uma pá de cal sobre nosso fracasso, sem saber quais são seus interesses? Como podemos

cativá-los, para que contribuam de modo que nossas tecnologias educacionais circulem amplamente?

Desejando a todos uma boa leitura, não resisto à tentação de encerrar citando o parágrafo conclusivo de um dos artigos aqui publicados, que sintetiza o potencial da avaliação das tecnologias de comunicação para a melhoria da qualidade de nossas políticas de saúde, ao dizer: “Materiais educativos são a ponta de um *iceberg*, do imenso *iceberg* dos processos de comunicação que caracterizam a implantação das políticas públicas. Exatamente por isto são um excelente modo de acesso à prática comunicativa das instituições. Nossos materiais refletem a natureza e qualidade da nossa prática comunicativa”.

Maria Teresa Citeli

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), é professora do Departamento de Política Científica e Tecnológica, do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (DPCT/IGE/Unicamp).